

Cardeal
Tempesta

Novena de Nossa
Senhora Aparecida:
o Brasil inteiro
reunido aos pés da
nossa Mãe

PÁGINA 5

INELEGÍVEL

TSE decide
que votos para
Garotinho
serão anulados

O ministro Floriano de Azevedo Marques, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), decidiu nesta sexta-feira que os votos que forem dados ao candidato ao governo do Rio de Janeiro Anthony Garotinho (Republicanos) deverão ser anulados. Pela decisão, os votos não poderão ser considerados válidos e vão constar como anulados sub-judice. O nome de Garotinho vai aparecer na urna eletrônica porque a decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio que indeferiu o registro de candidatura do político foi tomada após o fechamento do sistema do equipamento. No entendimento do ministro, Garotinho não pode concorrer como candidato que está com situação sub-judice enquanto o TSE analisa o recurso. **PÁGINA 5**

SÃO PAULO

TJ ‘legaliza’
desmatamento
libera prédios
em bosque

Em julgamento realizado na quinta-feira, o Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu em favor da Prefeitura de São Paulo e da construtora Tegra e considerou legal o corte das 118 árvores que a empresa realizou no Bosque dos Salesianos, na zona oeste da capital, em novembro do ano passado. A decisão, tomada pela 2.ª Câmara de Direito Ambiental, rejeita o recurso apresentado pelo Ministério Público e mantém a sentença que validou o Termo de Compromisso Ambiental (TCA) emitido pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) para o empreendimento no Bosque dos Salesianos. A construtora pretende construir duas torres no local e a decisão do TJ-SP abre caminho para o empreendimento. **PÁGINA 4**

PETRÓLEO

Petrobras faz nova descoberta
em poço da Margem Equatorial

A Petrobras fez mais uma descoberta de petróleo no poço Morpho, que fica na chamada Margem Equatorial, a 175 quilômetros (km) da costa do Amapá. O anúncio foi feito pela estatal na manhã desta sexta-feira. A descoberta anterior havia sido em meados de agosto. O poço identificado como 1-BRSA-1405-APS fica em águas ultra profundas, em lâmina d’água (profundidade do mar no local da operação) de 2.886

metros, na bacia da Foz do Amazonas. A Margem Equatorial é considerada a nova fronteira exploratória de petróleo, e chega a ser chamada de “novo pré-sal”, por causa do potencial esperado. Descobertas recentes significativas na Guiana e no Suriname têm contribuído para essa perspectiva promissora. A Petrobras informou que após a descoberta de agosto, a continuidade da operação da perfuração. **PÁGINA 3**

IBGE



Produção
industrial cai
0,6% de julho
para agosto

A produção da indústria brasileira recuou 0,6% em agosto deste ano, na comparação com o mês anterior. Os dados da Pesquisa Industrial Mensal foram divulgados nesta sexta-feira, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em julho, a indústria havia registrado variação positiva de 0,1%. No entanto, o setor teve perdas de 1% em maio e de 1,6% em junho. Segundo o pesquisador do IBGE André Macedo (foto), nos últimos quatro meses, a produção industrial acumula uma perda de 3,1%, que reduz os ganhos de 4,3% acumulado no primeiro quadrimestre do ano. Os resultados, de acordo com Macedo, mostram uma perda de dinamismo da indústria no segundo quadrimestre. **PÁGINA 2**

MINISTROS

Fachin aperta regras para evitar
que pedidos sejam direcionados



Em busca de organização e transparência na distribuição de petições dentro de ações já em curso, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, publicou nesta sexta, uma resolução que reforça a regra constitucional da imprevisibilidade - ou seja, a distribuição aleatória aos ministros da Corte, mediante sorteio, evitando que novos pedidos fiquem vinculados automaticamente a um determinado relator. A resolução Fachin, que vale apenas para petições protocoladas a partir desta sexta, ocorre menos de 24h depois de seu colega, Gilmar Mendes, liberar a participação do candidato do Missão à Presidência, Renan Santos, no debate da Globo. **PÁGINA 7**

BOLÍVIA

Vice presidente
acusa governo
Paz de tramar
‘sua prisão’

O vice-presidente da Bolívia, Edmand Lara, afirmou na quinta-feira passada que o governo do presidente Rodrigo Paz – de quem se afastou politicamente no início do mandato –, deve forjar um processo falso para justificar sua prisão, acrescentando que teme pela própria vida. “Denuncio ao país que fui informado, por diversos camaradas da Polícia Boliviana que decidiram me alertar, que o Coronel Marcelo Ferrufino está fabricando um processo falso contra mim para prosseguir com minha prisão ilegal”, afirmou Lara, em carta aberta ao público publicada em redes sociais. A denúncia de Edmand Lara ocorre dois dias após a prisão do procurador-geral da República da Bolívia, Roger Mariaca. **PÁGINA 8**

INDICADORES													
IBOVESPA (1,37%) / 186.340,46 / 2.512,87 / Volume: 26.573.658.581 / Negócios: 3.824.230						Bolsas no mundo				Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	-0,22% (ago.)
Mais Negociados						Fechamento				Ufir-RJ	R\$ 4,9604	IPCA	-0,32% (ago.)
Preço			%	Oscil.		Preço			%	Taxa Selic		CDI	
ITUB4			44,28	+4,68	+1,98	FSPET11F			0,25	+38,89	+0,07	SEQA3F	
BBDC4			18,51	+4,11	+0,73	FSRF11F			0,09	+28,57	+0,02	SEQL3F	
MGLU3			7,46	+12,52	+0,83	TOKY3F			10,900	+19,00	+1,740	AMBP3	
ITSA4			14,60	+3,11	+0,44	CTAX3			1,830	+18,83	+0,290	COCE3	
CSAN3			3,96	+6,45	+0,24	CTAX3F			1,650	+17,86	+0,250	JFEN3F	
									0,060	-14,29	-0,010	Dow Jones	
									0,070	-12,50	-0,010	S&P 500	
									0,17	-10,53	-0,02	US Tech 100	
									2,09	-8,33	-0,19	Euronext 100	
									52.048,83	+0,71		CAC 40	
									7.764,7	+1,49		FTSE 100	
									29.716	+2,97			
									1.897,91	+0,89			
									8.138,94	+0,92			
									10.739,01	+0,75			

Compra	5,9158	Venda	6,0959
DÓLAR Ptax - BC			
Compra	5,1809		-0,76%
DÓLAR comercial			
Compra	5,1737	Venda	5,1743
DÓLAR turismo			
Compra	5,1906	Venda	5,3706

Compra	5,8589	Venda	5,8595
--------	--------	-------	--------

MERCADOS

Bovespa sobe ao maior nível desde abril; dólar cai

JULIANA MACHADO/AE

No último pregão antes do primeiro turno das eleições, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) a superar a faixa dos 192 mil pontos (192 114,55 pontos), no maior nível desde 17 de abril, quando atingiu 192.888,96 pontos.

O ambiente mais propenso à tomada de risco no exterior depois de dados do mercado de trabalho mais fracos nos EUA também impulsionou os ativos de mercados emergentes, dando amparo à disparada das grandes ações da bolsa. O giro financeiro no dia foi forte, em R\$ 31 bilhões, e o Ibovespa encerra a semana em alta acumulada de 4,71%. No ano, o avanço é de 19%.

A forte alta do Ibovespa (Índice Bovespa) veio como resultado dos ganhos de todas as blue chips, com a Petrobras, inclusive, batendo recorde em valor de mercado, na mesma toada do Itaú Unibanco. A Vale e as demais instituições financeiras subiram com força, e o bom humor se alastrou para quase todos os ativos, nos setores de consumo, materiais, imobiliário, utilities e industrial.

No exterior, o principal suporte veio do payroll mais fraco do que o esperado nos Estados Unidos. Uma menor ge-

ração de empregos representava potencialmente uma inflação mais fraca. Em Nova York, o EEM, maior ETF ligado a países emergentes, subiu 1,29%, enquanto o EWZ, ligado a ações brasileiras, avançou 2,83%.

DÓLAR

Após trocas de sinal ao longo desta tarde, com oscilações bem contidas, o dólar encerrou a sessão desta sexta-feira, praticamente estável, na casa de R\$ 5,21. No último pregão antes do primeiro turno da eleição presidencial, a cautela deu o tom aos negócios no mercado de câmbio e impediu o real de pegar carona na onda global de desvalorização da moeda americana.

O real ensaiou uma onda de apreciação após a divulgação do payroll e desceu até a casa de R\$ 5,20, com mínima de R\$ 5,2006. Mas se descolou do ambiente externo ainda pela manhã e ultrapassou R\$ 5,23 no início da tarde (máxima de R\$ 5,2320), com ajustes de posições, segundo operadores.

Depois de rondar a estabilidade nas últimas horas da sessão, em meio à arrancada do Ibovespa, o dólar à vista terminou o dia a R\$ 5,2165 (-0,07%). A moeda americana acumula alta de 0,67% frente ao real na semana.

IBGE

Produção industrial recua 0,6% de julho para agosto

VITOR ABDALA/ABRASIL

A produção da indústria brasileira recuou 0,6% em agosto deste ano, na comparação com o mês anterior. Os dados da Pesquisa Industrial Mensal foram divulgados nesta sexta-feira, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em julho, a indústria havia registrado variação positiva de 0,1%. No entanto, o setor teve perdas de 1% em maio e de 1,6% em junho.

Segundo o pesquisador do IBGE André Macedo (**foto**), nos últimos quatro meses, a produção industrial acumula uma perda de 3,1%, que reduz os ganhos de 4,3% acumulados no primeiro quadrimestre do ano.

Os resultados, de acordo com Macedo, mostram uma perda de dinamismo da indústria no segundo quadrimestre. Um dos fatores que explicam esse comportamento da indústria é a taxa de juros mais elevada, de acordo com ele.

“A política monetária com essa característica mais restritiva, embora tenha já sido observado cortes nessa taxa de juros, mas ainda assim em patamares elevados, tem impactos diretos sobre os níveis de inadimplência não só de empresas, mas também de famílias, sobre os níveis



IBGE

de endividamento. Tem um comprometimento muito grande em relação à renda disponível das famílias e também faz com que as empresas adiem suas decisões de investimento”, afirma o pesquisador.

Macedo diz que embora haja um mercado de trabalho mais resiliente no país, “com um número recorde de pessoas ocupadas e crescimento na massa de rendimentos, ainda assim essa questão do comprometimento

na renda das famílias e do adiamento das decisões de investimento por parte das empresas ajudam a entender muito essa característica de perda do setor industrial”.

De acordo com Macedo, a indústria encontra-se 1,3% acima do patamar pré-pandemia, ou seja, de fevereiro de 2020, mas 15,6% abaixo do ponto mais alto da série histórica da Pesquisa Industrial Mensal, atingido em maio de 2011.

Na comparação com agosto do ano passado, a indústria caiu 1,2%. Na média móvel trimestral, a perda é 0,7%. No entanto, nos acumulados do ano e de 12 meses, a produção industrial apresenta altas de 0,8% e de 0,6%, respectivamente.

Dezesseis dos 25 ramos industriais pesquisados pelo IBGE tiveram queda na passagem de julho para agosto deste ano, com destaques para as atividades de produtos do fumo (-23,4%), produtos farmacêuticos e químicos (-5,5%) e indústrias extrativas (-0,7%).

Entre as nove atividades que apresentaram aumento na produção, destacam-se produtos alimentícios (1%), produtos diversos (8,4%), produtos químicos (0,9%) e metalurgia (0,8%).

As quatro grandes categorias econômicas da indústria apresentaram recuo de julho para agosto deste ano. As principais quedas foram observadas entre os bens de consumo semi e não duráveis (-1,7%) e os bens de consumo duráveis (-1%).

Os bens de capital, ou seja, as máquinas e equipamentos usados no setor produtivo caíram 0,6%, enquanto os bens intermediários, isto é, os insumos industrializados usados no setor produtivo recuaram 0,2%, no período.

AVIÕES

Embraer tem alta de 6% nas entregas no terceiro trimestre

GUILHERME JERONYMO/ABRASIL

A Embraer divulgou nesta sexta-feira o desempenho de entrega de aeronaves no terceiro trimestre deste ano. No período, a empresa entregou 66 aviões entregues, aumento de 6% na comparação com o mesmo período de 2025.

A maioria das vendas foi de modelos da aviação executiva, como Phenom 300, Praetor 500 e 600 e Phenom 100. No total, foram 41 unidades desses modelos no trimestre analisado e 115 no ano. No terceiro trimestre de 2025, foram 41 unidades entregues.

No segmento de aviação comercial, foram entregues 22

aeronaves no período. No ano, já somam 52 aviões. Em 2025, foram 20 aviões comerciais entregues no terceiro trimestre e 46 entre janeiro e setembro.

Os meses de julho, agosto e setembro registraram a entrega de três aeronaves de defesa, sendo um KC-390 Millennium e dois A-29 Super Tucano, num total de oito aviões do segmento este ano.

“A Embraer permanece com a expectativa de entregar entre 80 e 85 aeronaves na Aviação Comercial (ponto médio com crescimento de 6% ao ano) e entre 160 e 170 aeronaves na Aviação Executiva (ponto médio com crescimento anual de 6%) em 2026”, informa nota da empresa.

EXPLORAÇÃO

Brasil amplia Margem Equatorial com base em decisão da ONU

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) anunciou que a Margem Equatorial, tida como promissora nova fronteira de produção de petróleo, ganhou mais 11 setores exploratórios, que somam 380 mil quilômetros quadrados (km²).

A inclusão é baseada em uma decisão da Organização das Nações Unidas (ONU), que ampliou a plataforma continental brasileira.

A decisão foi aprovada nesta sexta-feira pela diretoria da ANP, agência reguladora da indústria do petróleo e vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Os 11 novos setores incluem 501 blocos de exploração. Essa nova área é equivalente ao tamanho de um estado como o Mato Grosso do Sul (357 mil km²) ou a um país como a Alemanha.

Os novos setores foram classificados pela ANP como Nova Fronteira Exploratória.

PLATAFORMA

A plataforma continental compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas, que se estendem além do mar territorial. Nessa área, o país exerce soberania para efeitos de exploração dos recursos naturais.

Em 2025, um pleito do Estado brasileiro coordenado pela Marinha, o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira, foi reconhecido pela Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU, e o país ampliou a extensão da plataforma brasileira.

Com base nessa decisão, a ANP pôde incluir os setores exploratórios na nova fronteira da Margem Equatorial.

MARGEM EQUATORIAL

Tida como “novo pré-sal”, a Margem Equatorial tem atraído interesse de petroleiras e do governo brasileiro por causa do potencial promissor para produção de petróleo e gás.

Descobertas significativas recentes na Guiana e no Suriname reforçam a aposta nessa área ao norte das regiões Norte e Nordeste.

Nota

MDIC PUBLICA PORTARIA COM COTAS PARA IMPORTAÇÃO NO ACORDO MERCOSUL-EFTA

A Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) publicou portaria com os critérios para a alocação de cotas de importação previstas no Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e os países da Associação Europeia de Livre Comércio (Efta). O texto foi publicado no Diário Oficial da União (DOU). O Efta é formado por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein. O acordo passou a vigorar para as trocas comerciais entre Brasil e Islândia nesta quinta-feira. Com a Noruega, o acordo entra em vigor a partir de novembro. Suíça e Liechtenstein ainda não concluíram as etapas nacionais necessárias para a vigência do acordo entre os blocos. “As cotas tarifárias para importação abrangem um conjunto restrito de produtos: vinhos, queijos, fórmulas infantis e chocolates. Dentro dos limites quantitativos estabelecidos no acordo, as importações poderão usufruir das preferências tarifárias negociadas.

MARCELO BRANDÃO /ABRASIL

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, marcou para a próxima terça-feira a análise em Plenário da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do fim da escala 6x1 e da redução da jornada de trabalho.

“O tema, de ampla relevância para a sociedade brasileira, será debatido com responsabilidade, equilíbrio e respeito às diferentes perspectivas envolvidas”, afirmou a assessoria da presidência do Senado, em nota.

A PEC foi aprovada na Câmara dos Deputados no final de maio e

seguiu para o Senado. Em seguida, a base do governo na Casa tentou pautar a análise da proposta, mas Alcolumbre manteve o texto parado. Apenas em agosto encaixinou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). No início de setembro, a CCJ aprovou o fim da escala 6x1, mas Alcolumbre não levou o tema ao plenário. E afirmou que a votação aconteceria após as eleições.

A declaração ocorreu durante sessão deliberativa no plenário da Casa, no dia 3 de setembro, em resposta a um apelo feito pelo senador Paulo Paim (PT-RS). Paim anunciava sua aposentadoria e

cumprir o último mandato parlamentar no Congresso Nacional. O senador gaúcho tem histórico de defesa do tema no Congresso.

“Quero aproveitar essa oportunidade que o senador Paulo Paim está aqui na mesa e veio me dar um abraço, para dizer para vossa excelência e para o Brasil, que vossa excelência estará aqui votando, após as eleições, o fim da escala 6x1 no plenário do Senado Federal”, disse o presidente da Casa.

por semana, além de reduzir a jornada de trabalho das atuais 44 horas para 40 horas semanais, sem redução salarial.

A proposta permite compensar o sábado ou domingo trabalhados no caso de categorias com jornadas especiais, mas mantendo o número de folgas remuneradas em duas por semana, em média, gozadas obrigatoriamente no mesmo mês.

O texto também estipula uma regra de transição de até 14 meses. A exceção são os trabalhadores terceirizados da Administração Pública, que terão uma regra de transição diferenciada.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar

Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002

Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000

Tel.: (21) 99122-4278-Claro

Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

PETRÓLEO

Petrobras faz 2ª descoberta em poço da Margem Equatorial

BRUNO DE FREITAS
MOURA/ABRASIL

A Petrobras fez mais uma descoberta de petróleo no poço Morpho, que fica na chamada Margem Equatorial, a 175 quilômetros (km) da costa do Amapá. O anúncio foi feito pela estatal na manhã desta sexta-feira. A descoberta anterior havia sido em meados de agosto.

O poço identificado como 1-BRSA-1405-APS fica em águas ultra profundas, em lâmina d'água (profundidade do mar no local da operação) de 2.886 metros, na bacia da Foz do Amazonas.

A Margem Equatorial é considerada a nova fronteira exploratória de petróleo, e chega a ser chamada de “novo pré-sal”, por causa do potencial esperado. Descobertas recentes significativas na Guiana e no Suriname têm contribuído para essa perspectiva promissora.

QUALIDADE DO ÓLEO

A Petrobras informou que

após a descoberta de agosto, a continuidade da operação da perfuração teve o objetivo de “avaliar intervalos exploratórios mais profundos”.

A segunda descoberta foi identificada por meio de perfis elétricos, indícios em rocha e amostras de fluidos obtidos durante as operações.

“A descoberta amplia o conhecimento sobre o potencial exploratório da área e fornecerá informações adicionais para a avaliação dos sistemas petrolíferos e do potencial de recursos da Bacia Sedimentar da Foz do Amazonas”, disse a companhia em nota.

A Petrobras já confirmou que o petróleo encontrado em agosto é de “boa qualidade”. O material da segunda descoberta passará por análises laboratoriais. A perfuração no Morpho prossegue para avaliação das formações identificadas.

RECOMPOSIÇÃO

A companhia destaca que a exploração de petróleo no bloco Foz da Amazônia (FZA-M-59) está alinhada à estratégia de

longo prazo de recomposição das reservas de petróleo e gás em novas fronteiras, “contribuindo para o atendimento à demanda energética do país”.

Em relação ao pré-sal, na costa da região Sudeste, sabe-se que se não houver mais descobertas, as reservas devem entrar em declínio na próxima década.

A busca pela licença de exploração se iniciou em 2013, quando a petrolífera multinacional britânica BP arrematou a licitação da área. Por decisão estratégica, a companhia passou a concessão para a Petrobras em 2021.

IBAMA

A Petrobras obteve autorização para perfurar a Margem Equatorial em outubro de 2025. A licença foi concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

A decisão colocou empresas de petróleo e setores do governo de um lado e ambientalistas de

outro, estes últimos preocupados com impacto da exploração.

A Petrobras tem defendido que as perfurações são feitas de forma “segura e com respeito ao meio ambiente e às pessoas”.

A presidente da companhia, Magda Chambriard, observa que apesar do nome Foz do Amazonas, o local fica a 540 quilômetros da desembocadura do rio propriamente dita.

POTENCIAL

Um estudo da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ligada ao Ministério de Minas e Energia, estima que o volume potencial total recuperável da Bacia da Foz do Amazonas pode chegar a 10 bilhões de barris de óleo equivalente (medida que soma petróleo e gás natural).

Para efeito de comparação, dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), órgão regulador do setor, mostram que o Brasil terminou 2025 com cerca de 70 bilhões de barris entre reservas provadas, prováveis e possíveis somente de petróleo.

GOVERNANÇA

CVM lança edital de Tomada Pública de Subsídios

JULIANA GARÇON/AE

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) lançou um edital de Tomada Pública de Subsídios sobre o Informe de Governança Corporativa, após estudo da reguladora ter indicado limitações no impacto do documento.

A iniciativa dá continuidade à Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) "Informe de Governança Corporativa: uma análise qualitativa e quantitativa sobre sua aplicação", publicada pela CVM em dezembro de 2024.

O estudo concluiu que o Informe exerce influência positiva, porém limitada, e apresentou propostas para a integração de seu conteúdo ao Formulário de Referência e para a revisão da governança do Código Brasileiro de Governança Corporativa.

Por meio da Tomada Pública de Subsídios, a CVM busca evidências que permitam corroborar ou refutar uma série de hipóteses, como a "estrutura concentrada de propriedade das companhias brasileiras limitaria a disciplina de mercado associada às informações divulgadas"; a "utilidade direta do Informe estaria concentrada em investidores institucionais e outros usuários especializados"; e os "custos do Informe seriam modestos em relação aos do Formulário de Referência, mas proporcionalmente mais relevantes para companhias de menor porte".

A reguladora enfatiza que as hipóteses não representam conclusões ou preferências. "O objetivo é reunir dados, estudos e experiências que permitam avaliar sua validade e subsidiar os próximos passos sobre a matéria."

LOJAS RIACHUELO S.A., CNPJ nº 33.200.056/0001-49 torna público que recebeu da PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO JOÃO DE MERITI a **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO – LO nº 239 – SMAMCBEA, com validade até 03/09/2032**, que aprova a operação da atividade de Loja de Departamento ou Magazine, exceto utilização de gerador de energia, em uma área total de 1.914 m², situado na **RUA MARIA SOARES SENDAS, Nº 111 – loja 102, VENDA VELHA, SÃO JOÃO DE MERITI – RJ**, conforme o Processo nº 7716/2019.

RI HAPPY BRINQUEDOS S.A. CNPJ nº 58.731.662/0046-13 torna público que recebeu da PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO JOÃO DE MERITI a **CERTIDÃO AMBIENTAL DE INEXIGIBILIDADE - CA Nº 083 - SMAMCBEA, com validade por tempo indeterminado**, que atesta a inexistência de licenciamento ambiental para a atividade de comércio varejista de artigos de brinquedos e artigos recreativos em área total construída de 705 m², situado na **RUA MARIA SOARES SENDAS – Nº 111 – LOJA LUC 326 PAVMT01 – VENDA VELHA – SÃO JOÃO DE MERITI – RJ**, conforme o Processo nº 65165/2025.

Casa das Palmeiras – Clínica de Reabilitação Psiquiátrica
CNPJ 33.808.486/0001-48
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
São convocados os Senhores Sócios a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária em sua sede na Rua Sorocaba, 800 – Botafogo, no dia 26 de outubro de 2026 (segunda-feira) às 18 horas em primeira convocação, às 19 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1-Eleição da Diretoria; 2-Apreciação e votação do Novo Estatuto; 3-Prestação de Contas; 4-Balanço; 5-Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 5 de outubro de 2026. Marcos Luiz Oliveira de Souza-Presidente eleito da Casa das Palmeiras-Nise da Silveira.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O SINDEERH-RJ - Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Município do Rio de Janeiro, com sede na Avenida das Américas, n.º 17150, Edifício A5, Bloco 01, Sala 529, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro/RJ. Cep: 22790-704, por seu Presidente, Sr. Lindenberg Barbosa da Silva, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os empregados da empresa Attack Soluções em Recursos Humanos Ltda, CNPJ nº 21.537.704/0001-78, filiados e não filiados, lotados no município que integra sua base territorial, para Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada por meio virtual em 07/10/2026, às 13h, em 1ª convocação, e às 14h30, em 2ª e última convocação, com qualquer número de presentes, com acesso pelos canais oficiais do sindicato e da empresa, para deliberarem sobre: a) autorização para celebração de Acordo Coletivo de Trabalho 2026/2028; b) vigência, data-base e reajuste salarial; c) pisos, benefícios e demais condições econômicas e sociais; d) contribuição assistencial e direito de oposição; e) autorização para assinatura, transmissão, registro e demais atos necessários à formalização do instrumento coletivo. Rio de Janeiro/RJ. Lindenberg Barbosa da Silva - Presidente.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO

SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL

PROCESSO Nº: 1836/2025

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 002/2026

Data de Abertura: 27/10/2026

Horário: 10h00min (horário de Brasília)

Plataforma eletrônica: www.licitanet.com.br

Unidade Contratante:

Administração - Prefeitura de Arraial do Cabo/RJ

Objeto

Pregão Eletrônico para futura e eventual contratação de empresa habilitada em INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, AUTORIZADA PELO BANCO CENTRAL, ATRAVÉS DE PREGÃO ELETRÔNICO, DO TIPO MAIOR LANCE GLOBAL PARA PRESTAÇÃO DE FORMA EXCLUSIVA, DOS SERVIÇOS REFERENTES À CENTRALIZAÇÃO, AO PROCESSAMENTO E AO GERENCIAMENTO DOS CRÉDITOS PROVENIENTES DA FOLHA DE PAGAMENTO SALARIAL DOS SERVIDORES E FUNCIONÁRIOS ATIVOS, INATIVOS, PENSIONISTAS E OUTROS BENEFICIÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA (AUTARQUIAS), DO MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO E DE MAIS SERVIÇOS BANCÁRIOS DE FORMA NÃO EXCLUSIVA PARA ATENDER AS DEMANDAS ORIUNDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E AUTARQUIAS DE ARRAIAL DO CABO - RJ.

Valor estimado

RS 9.573.001,90

(Nove milhões, quinhentos e setenta e três mil, um real e noventa centavos)

Registro de Preços?

Não

Vistoria

Sim

Modo de disputa

Aberto

Critério de Julgamento

MAIOR LANCE GLOBAL

Itens Exclusivos para ME/EPP?

Não

Itens com Cota Reservada para ME/EPP?

Não

Exigência de Amostra?

Não

Participação de Consórcio

Sim

Intervalo mínimo de diferença monetária entre lances

01% (um por cento) do respectivo valor

Pregoeiro

Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez

(portaria nº 510/2025, de 03 de fevereiro de 2025)

Fundamento Legal

Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/25 e demais legislações pertinentes

Observações Gerais:

1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal de Compras do Licitanet e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: <http://www.arraial.rj.gov.br>.
2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.arraial.rj.gov.br e www.licitanet.com.br, para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.

NOVAS AÉREAS

Anac abre debate sobre reserva de slots no Aeroporto de Congonhas

JOÃO CAIRES/AE

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) abriu uma Tomada de Subsídios para avaliar possíveis mudanças nos critérios de acesso e distribuição de slots no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, incluindo a eventual criação de mecanismos para preservar horários destinados à entrada futura de novos operadores.

A discussão está concentra-

da em duas frentes: a adequação dos critérios atuais para qualificação de empresas interessadas em operar no aeroporto e a possibilidade de reservar parte dos slots que venham a surgir por aumento de capacidade, devoluções, perdas ou saída de companhias, sem afetar precedências históricas já constituídas.

Como mostrou o Grupo Estado, a falta de slots em horário comercial que permitam que

novas companhias aéreas se estabeleçam no Brasil.

A Anac afirma que a consulta não representa decisão de alterar as regras vigentes nem compromisso de instituir reserva de slots.

Destaca, porém, que manifestações recebidas em debates anteriores sobre concorrência no setor aéreo apontaram dificuldades de acesso a horários comercialmente atrativos em Congonhas e questionamentos

sobre critérios ligados à experiência operacional e à participação no mercado doméstico brasileiro.

Entre os temas submetidos à consulta está a possibilidade de considerar a experiência de grupos empresariais com atuação internacional na avaliação de potenciais entrantes, além de mecanismos que conciliem o uso eficiente da infraestrutura com oportunidades futuras de ingresso de novos operadores.

FAZENDA

Durigan: envio da MP do Imposto Seletivo ainda está em tratativas

FLÁVIA SAID
E FRANCO DANTAS/AE

O ministro da Fazenda, Dario Durigan (**foto**), disse que o envio ao Congresso Nacional da Medida Provisória (MP) que cria o Imposto Seletivo (IS) ainda está em tratativas. A ideia era editar a MP em setembro ou, no mais tardar, até esta sexta-feira, já que o tributo está sujeito à regra da noventena, que estabelece o prazo de 90 dias entre a publicação e o início da cobrança - previsto para 1º de janeiro de 2027. "Esse é um tema que eu vou tratar na sequência", se limitou a dizer Durigan a jornalistas, após fazer um balanço de outra MP, a que proibiu a operação das bets no País.

Também conhecido como "imposto do pecado", este é um tributo federal pensado para encarecer bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

Ele deverá atingir segmentos como o de tabaco, bebidas alcoólicas, refrigerantes e similares, entre outros. A lista final ainda não foi publicada. Segundo a equipe econômica, a implementação do IS não deverá representar alta da carga tributária para a maioria dos setores.

O Seletivo possui caráter extrafiscal, pois busca desincentivar o consumo e provocar mudanças de comportamento, e conta com apoio técnico na área de saúde pública, mas é alta-



LULA MARQUES/ABRASIL

mente impopular entre parte dos consumidores.

Setores afetados e alguns tributaristas falam em potencial altamente arrecadatário e sustentam que ele poderá acabar estimulando a pirataria e o mercado ilegal. Durante a discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma, setores atuaram para evitar ou, ao menos, driblar a incidência do imposto, como foi o caso dos alimentos ultraprocessados, cujo lobby garantiu sua exclusão da lista de produtos sujeitos à incidência do IS.

Como mostrou o Grupo Estado, o governo federal costura um acordo com os setores que serão afetados pelo IS na reforma tributária para evitar um "ruído político" que ameace a implementação das mudanças.

Nos bastidores, existe uma preocupação de que qualquer "deslize" sobre a reforma tributária dê ainda mais munção ao candidato Flávio Bolsonaro (PL), que vem defendendo seu adiamento.

As alíquotas do IS, da Contribuição sobre Bens e Serviços

(CBS) - de competência da União -, e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - de competência dos Estados e municípios - só deverão ser conhecidas após as eleições.

O governo afirma que não houve adiamento de etapas nem alteração do calendário originalmente previsto, enquanto a oposição acusa o Palácio do Planalto de estar "escondendo" qual será a alíquota geral do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual - composto pela CBS e pelo IBS -, dizendo que ela será "a maior do mundo".

CRIME NO TRÂNSITO

Bombeiro suspeito de matar estudante estava afastado da corporação

RARIANE COSTA/AE

O bombeiro militar Marcos Paulo Fajarra de Oliveira, de 28 anos, suspeito de matar o estudante de Medicina Bruno Hashimura San Juliano, de 23, após uma discussão de trânsito em Taubaté, no interior de São Paulo, estava afastado da corporação e em licença sem vencimentos. Segundo o Corpo de Bombeiros, ele não exercia funções na região do Vale do Paraíba.

Em nota divulgada ontem o 11º Grupamento de Bombeiros lamentou a morte do estudante e manifestou solidariedade aos familiares e amigos. A corporação afirmou reconhecer a gravidade do caso e disse esperar que as autoridades responsáveis pela investigação esclareçam os fatos e adotem as medidas cabíveis, respeitando o devido processo legal.

O bombeiro foi solto também na quinta-feira após audiência de custódia. A Justiça concedeu liberdade provisória e determinou medidas cautelares. Entre elas estão o comparecimento à Justiça a cada dois meses, a permanência em casa durante a noite nos fins de semana e dias de folga e a proibição de deixar a comarca por mais de 15 dias sem comunicar o juízo.

Oliveira também não poderá se aproximar a menos de 100 metros dos familiares de Bruno nem manter contato

com eles. A decisão determinou ainda a suspensão do porte de arma e sua transferência para atividades administrativas na Polícia Militar

RELEMBRE O CASO

O estudante foi baleado na quarta-feira passada, após uma discussão de trânsito na Avenida Professor Walter Thaumaturgo, conhecida como Avenida do Povo. Segundo a Secretaria da Segurança Pública (SSP), Oliveira é suspeito de atirar contra Bruno durante a discussão.

Após ser baleado, Bruno foi filmado correndo pela calçada, no sentido contrário aos veículos, com a mão sobre o peito. Ele foi socorrido e levado ao Hospital Regional de Taubaté, mas não resistiu.

Bruno cursava o 4º semestre de Medicina na Universidade de Taubaté (Unitau) e deixa um filho de dois anos.

A Polícia Técnico-Científica realizou perícia no local e apreendeu a arma do bombeiro. Oliveira foi preso em flagrante, e o caso foi registrado no 1º Distrito Policial de Taubaté como homicídio.

A defesa afirmou que acompanha as investigações e que apresentará seus argumentos com base nas provas reunidas durante o processo. Os advogados disseram que não comentarão elementos específicos enquanto as diligências estiverem em andamento.

SALESIANOS

TJ ‘legaliza’ corte de árvores e libera prédios em bosque

CAIO POSSATI/AE

Em julgamento realizado na quinta-feira, o Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu em favor da Prefeitura de São Paulo e da construtora Tegra e considerou legal o corte das 118 árvores que a empresa realizou no Bosque dos Salesianos, na zona oeste da capital, em novembro do ano passado.

A decisão, tomada pela 2.ª Câmara de Direito Ambiental, rejeita o recurso apresentado pelo Ministério Público e mantém a sentença que validou o Termo de Compromisso Ambiental (TCA) emitido pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) para o empreendimento no Bosque dos Salesianos.

A construtora pretende construir duas torres no local e a decisão do TJ-SP abre caminho para o empreendimento. Ainda cabe recurso.

"O acórdão ainda não foi publicado. A Prefeitura aguarda a publicação do documento para conhecimento integral da decisão", disse a administração municipal em nota divulgada no início da noite. Questionada, a Tegra não havia retornado até o fechamento deste texto.

A limpeza do terreno chegou a ser feita sob autorização da Prefeitura, mas, após o Ministério Público entrar com um recurso para barrar a obra, a Justiça determinou que o empreendimento fosse suspenso até o recurso ser analisado.

A nova decisão desta quinta

foi definida por 3 votos contrários ao recurso contra 2 favoráveis. Um dos argumentos usados pelos desembargadores contrários ao recurso foi o de que a área possui mais vegetação exótica do que nativa.

"A divergência é bastante elucidativa quanto ao resultado de perícia técnica, que assenta a existência de vegetação exótica, muito mais do que paisagística, sem grande importância quanto à configuração de um maciço vegetal que sustente algum tipo de interesse", disse um dos magistrados.

Outro desembargador, que votou favoravelmente ao recurso, contra-argumentou. O magistrado citou o Decreto Estadual nº 30 443, de 1989, que considera a vegetação existente no bosque como patrimônio ambiental do município de São Paulo, independentemente da sua natureza. "A norma não distingue espécies nativas e exóticas, não exige metragem mínima e não condiciona a proteção ao caráter espontâneo da vegetação. O critério eleito pelo Estado foi puramente locacional", disse. "Por isso, com a devida vênia, a constatação do laudo de avaliação ambiental de que a área apresenta feição de jardim, com 67%, 66% e 49% de exemplares exóticos, nada diz sobre a incidência da proteção estadual", acrescentou.

O Coletivo Bosque dos Salesianos, que defende a proteção da área, diz que a decisão é contrária à vontade de 57 mil pessoas, que assinaram um abaixo-

assinado em favor da preservação do bosque.

"É estarrecedor que uma Câmara Reservada do Meio Ambiente chegue a esse resultado, ignorando a situação de emergência climática que vivemos, o clamor popular em defesa do meio ambiente e indo na contramão das ações mundiais pela sua preservação", disse o grupo por meio de nota.

ENTENDA A BRIGA

O bosque ocupa um terreno de aproximadamente 7 mil m² entre as ruas Pio XI, Sales Júnior e Presidente Antônio Cândido, no Alto da Lapa. A área pertencia à Universidade Salesiana - dona de um terreno de 16 mil m² - e foi adquirida pela Tegra em 2024 para a implantação do empreendimento imobiliário.

A Tegra, por sua vez, dizia possuir as autorizações necessárias para a execução da obra. Entre elas estão o Termo de Compromisso Ambiental (TCA), firmado com a Prefeitura de São Paulo, e o Alvará de Execução de Edificação Nova.

Pelo acordo ambiental, a empresa recebeu autorização para realizar o manejo de 118 árvores, incluindo exemplares nativos, exóticos, invasores e já mortos, comprometendo-se a plantar 1 799 mudas de espécies nativas - parte delas no próprio terreno e a maior parcela em outros espaços.

O termo também prevê investimentos em melhorias urbanas e na revitalização de praças do bairro.

No fim de 2024, o Ministério Público ajuizou uma ação civil pública e pediu a concessão de tutela de urgência para impedir a retirada da vegetação. A Justiça acolheu o pedido e suspendeu as obras.

Em junho de 2025, porém, o Tribunal de Justiça reformou a decisão e autorizou a retomada do empreendimento. Com isso, a Tegra iniciou, em novembro, a retirada das mais de cem árvores autorizadas pelo TCA, o que motivou novos protestos de moradores e integrantes do Movimento Salve o Bosque.

Após o início da supressão da vegetação, o Ministério Público voltou a recorrer e conseguiu uma nova liminar, já em segunda instância, em dezembro de 2025, suspendendo as intervenções até o julgamento desta quinta-feira - a sessão chegou a ser adiada duas vezes desde agosto, data inicial para apreciação do caso.

Os grupos que defendem a preservação da área sustentam que o bosque é um dos últimos remanescentes de área verde do bairro e tem relevância ambiental e histórica para a região.

Membros do grupo Salve o Bosque, ouvidos pela reportagem, afirmam que o local é importante para a permeabilidade do solo e para a drenagem da água da chuva.

Sem ele, dizem, a água deixará de ser absorvida pelo terreno e poderá provocar alagamentos nas partes mais baixas da Lapa, região que já sofre com esse tipo de ocorrência.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ: 41.811.375/0001-19 - NIRE: 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 150ª (CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI" e "Titulares dos CRI", respectivamente) da 150ª (centésima quinquagésima) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em série única, da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO ("Emissora"), nos termos da Cláusula 12 do "Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Para Emissão De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Série Única Da 150ª Emissão Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela NTRS Novo Terminal Rodoviário de Salvador SPE Ltda." conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Investidores ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 27 de outubro de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: I. Aprovar a alteração da cláusula 12.14.6 do Termo de Securitização para que passe a vigorar com a seguinte redação: "**Consulta Formal.** As deliberações de Assembleia Geral de Titulares de CRI poderão ser adotadas mediante processo de consulta formal, sem necessidade de reunião dos investidores, observado que nesse caso deve ser concedido aos investidores prazo mínimo de 10 (dez) dias para manifestação." II. Aprovar a sustação dos efeitos decorrentes do Evento de Vencimento Antecipado Automático, nos termos da Cláusula 8.1, inciso (xiv) do Termo de Emissão ("Cross default"), caracterizados em razão do descumprimento de obrigações pecuniárias consistentes no atraso das parcelas de pagamento referente aos meses de agosto e setembro de 2026, exclusivamente em relação a 1ª Primeira Emissão De Notas Comerciais Escriturais, Em Série Única, Para Distribuição Pública, Pelo Rito De Registro Automático De Distribuição, Da Sirt Sntad Sociedade Nacional De Apolo Rodoviário E Turístico Ltda; III. A autorização para que a Securitizadora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata. **Instruções Gerais:** A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI Sinaet 150", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na Junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos Itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsec.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).
São Paulo, 02 de outubro de 2026.
CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) A 3ª (TERCEIRA) SÉRIES DA 116ª (CENTÉSIMA DÉCIMA SEXTA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, da 1ª a 3ª Séries, da 116ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, Bairro Jardim Paulistano, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização, nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 26 de outubro de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar a declaração do Vencimento Antecipado do CRI, em decorrência do descumprimento da obrigação pecuniária referente ao pagamento da Remuneração e Amortização prevista para 18/09/2026 ("Descumprimento Pecuniário"), conforme consta no Cronograma de Pagamentos dos CRI, disposto no "Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Da 1ª (Primeira) A 3ª (Terceira) Séries Da 116ª (Centésima Décima Sexta) Emissão De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Canal Companhia De Securitização Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela Praia Bela Empreendimento Imobiliário Spe Ltda." ("Termo de Securitização"), ensejando em uma hipótese de Vencimento Antecipado dos CRI, conforme disposto na Cláusula 9.1.2, subitem (a), do Termo de Securitização. Caso seja aprovada esta Ordem do Dia, fica consignado que os próximos passos relacionados ao Vencimento Antecipado do CRI serão oportunamente submetidos à deliberação dos Titulares dos CRI em nova Assembleia a ser convocada para tal finalidade, conforme aplicável; (II) Caso a Ordem do Dia (I) seja reprovada, com a não declaração do Vencimento Antecipado do CRI, deliberar medidas a serem tomadas a respeito Descumprimento Pecuniário; (III) Caso aprovado o item "I", aprovar a contratação do assessor legal, nos termos da proposta a ser apresentada no momento da assembleia, as despesas exclusivamente do patrimônio separado para a prestação dos serviços de assessoria jurídica necessários à condução e implementação das medidas judiciais e/ou extrajudiciais relacionadas à execução das garantias constituídas no âmbito da operação; (IV) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. **Instruções Gerais:** A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial – CRI Praia Bela", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na Junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos Itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsec.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).
São Paulo, 03 de outubro de 2026.
Alejandro Merino - Diretor de Securitização

LINHA LILÁS

Câmeras em estação registraram professor sendo espancado

imagens foram incorporadas ao inquérito, que avalia o ocorrido.

ENTENDA O CASO

Após o ataque, Akira relatou em um vídeo nas redes sociais que estava a caminho do trabalho e inclui socos, chutes e quedas antes de a vítima conseguir deixar o local.

O caso aconteceu em 11 de julho e já era investigado pela Delegacia do Metropolitano (Delpom). O suspeito, de 41 anos, foi intimado a prestar depoimento. Segundo a Secretaria da Segurança Pública (SSP), as

relato, o passageiro passou a fazer ofensas homofóbicas e o acusou de tê-lo filmado dentro do vagão.

A agressão provocou cortes e hematomas no rosto e na cabeça, além de uma perfuração no tímpano. Akira recebeu atendimento na UPA Vila Mariana e passou por exame de raio-X.

Segundo o professor, após o ataque, funcionários da estação levaram os dois homens para salas separadas e posteriormente os conduziram à unidade de saúde. Ricardo afirma que os

dois foram transportados no mesmo veículo.

A ocorrência foi registrada inicialmente como lesão corporal recíproca. Posteriormente, segundo a SSP, a investigação passou a investigar o caso como homofobia e lesão corporal.

A Via Mobilidade, concessionária responsável pela Linha 5-Lilás, afirmou que suas equipes de atendimento e segurança intervieram no caso, prestaram os primeiros socorros e acompanharam os envolvidos até a unidade de saúde e, posteriormente, ao 27º Distrito Policial.

TV GLOBO

Tarcísio ataca decisão do Judiciário no caso do cancelamento de debate

GEOVANI BUCCI/AE

O governador de São Paulo e candidato à reeleição, Tarcísio de Freitas (Republicanos), criticou nesta sexta-feira, as decisões do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Supremo Tribunal Federal (STF) que antecederam o cancelamento do debate presidencial da TV Globo. Ao comparar a atuação do Judiciário à de um árbitro de futebol, afirmou que é "pior ainda quando o juiz quer interferir no resultado da partida".

Na quinta-feira, a emissora cancelou o debate entre presidenciais justificando como causa duas decisões judiciais. A ministra Estela Aranha proibiu a exibição do púlpito vazio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que havia decidido não participar, e o ministro Gilmar Mendes determinou a inclusão do candidato do Missão,



LULA MARQUES/ABRASIL

Renan Santos. Após as decisões, o senador Flávio Bolsonaro (PL) também desistiu de comparecer, de última hora.

"Quando as intervenções do Judiciário afetam o debate público, acabam interferindo no debate público, a gente tem um

problema que é sério", disse Tarcísio. "Mais uma vez o Judiciário vai ser desacreditado por conta do próprio Judiciário. E isso é muito grave."

O governador afirmou que a recuperação da confiança se instituições depende da "auto-

contenção" de seus integrantes e do respeito aos limites legais. Em seguida, recorreu à metáfora futebolística para dizer que o melhor árbitro é aquele que cumpre as regras e "deixa a partida fluir".

"Quando o juiz interfere, quando o juiz para o jogo toda hora, quando o juiz dá muito cartão, a gente tem um problema. E é pior ainda quando o juiz quer interferir no resultado da partida. E aí essa reflexão tem que ficar", acrescentou.

As declarações foram feitas em coletiva de imprensa após caminhada no Centro Histórico da capital paulista, ao lado do prefeito Ricardo Nunes (MDB). Aliado de Flávio, Tarcísio disse ainda que, caso seja reeleito no primeiro turno, deve atuar em São Paulo e em outros estados na campanha do senador em um eventual segundo turno presidencial.

INELEGÍVEL

TSE decide que votos para Garotinho serão anulados

ANDRÉ RICHTER/A BRASIL

O ministro Floriano de Azevedo Marques, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), decidiu nesta sexta-feira que os votos que forem dados ao candidato ao governo do Rio de Janeiro Anthony Garotinho (Republicanos) deverão ser anulados.

Pela decisão, os votos não poderão ser considerados válidos e vão constar como anulados *sub-judice*.

O nome de Garotinho vai aparecer na urna eletrônica porque a decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio que indeferiu o registro de candidatura do político foi tomada após o fechamento do sistema do equipamento.

No entendimento do ministro, Garotinho não pode concorrer como candidato que está com situação sub-judice enquanto o TSE analisa o recurso contra o indeferimento da candidatura.

Para Floriano, a Justiça Eleitoral deve evitar a incerteza dos eleitores e a instabilidade das eleições.

“Ao menos até que haja julgamento do apelo contra a decisão da instância originária, carece de plausibilidade a condição de elegibilidade potencial que é essencial para o status *sub-judice* do candidato”, afirmou.

Em setembro, o TRE-RJ entendeu que Garotinho está inelegível por ter sido condenado por ato doloso de improbidade

administrativa em 2018.

A questão foi decidida no TSE após o ministro Floriano de Azevedo Marques revogar sua própria decisão que havia garantido a Garotinho o direito de continuar no pleito.

Para o ministro, o candidato já recorreu da decisão do TRE e deve aguardar o julgamento da causa.

"Inexistem as razões para a manutenção das garantias que foram asseguradas pela liminar antes concedida", completou.

SAÚDE

Anvisa proíbe venda de cosméticos e manda recolher gel falsificado

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou nesta sexta-feira medidas para recolher lote falsificado e proibir a fabricação, comercialização e uso de diversos cosméticos e saneantes sem regularização sanitária.

As medidas foram publicadas nesta sexta-feira no *Diário Oficial da União (DOU)*.

GEL INTRAVAGINAL

A partir da determinação da Agência, o Lote 2 2511006 do Hidrafemme Gel Hidratante Intravaginal precisará ser retirado de comercialização. O produto não pode ser distribuído, importado, divulgado ou usado.

A medida foi adotada após a Helianto Farmacêutica Ltda., detentora do registro do dispositivo médico, identificar unidades comercializadas em plataforma de comércio eletrônico

com características diferentes das observadas na embalagem original.

COSMÉTICOS

Em outra medida, a Anvisa determinou a apreensão dos lotes 614323 e 614326 do Perspirex Strong Antitranspirante Axilar.

A empresa Megalabs Farmacêutica S.A. informou à agência que desconhece a fabricação dos produtos, que usam indevidamente dados cadastrais da companhia. Por esse motivo, a fabricação, importação, venda, distribuição, divulgação e utilização dos itens foram proibidas.

A mesma resolução alcança os produtos MAV C-22 Solvente Removedor de Cola Mega Hair e RemoBond XL With Extra Moisture Control Cola para Próteses Capilares. De acordo com a agência, ambos são fabricados por empresas desconhecidas e

não podem ser comercializados nem usados.

PRODUTOS DE LIMPEZA

A Anvisa também proibiu a fabricação e a comercialização dos saneantes Desincrustante Ácido DX 1:40 Mult-Cap Mult Jet e Água Sanitária Mult Jet, produzidos pela Ramos Indústria e Comércio de Materiais de Limpeza Ltda.

Segundo a agência, os produtos estão em desacordo com as exigências sanitárias e não podem permanecer no mercado.

EMPRESA SUSPensa

Em outra medida, a Anvisa suspendeu a fabricação, a venda e a distribuição de todos os saneantes produzidos pela LGR Indústria e Comércio de Produtos de Limpeza Ltda.

De acordo com a Anvisa, inspeção feita entre 14 e 18 de setembro constatou o descumprimento da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 47/2013, que estabelece o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação para Produtos Saneantes.

A agência também determinou o recolhimento dos produtos Medicpro Zime, Medicpro Zime Ultra e Lapzyme, fabricados pela empresa. Os saneantes, segundo a fiscalização, não têm regularização sanitária.

OUTROS PRODUTOS

A Anvisa proibiu ainda a comercialização dos produtos Bio Lavanda Limpador de Uso Geral Biojet e Bio Água Sanitária Biojet, fabricados pela Biojet Indústria de Produtos Químicos. A agência informou que os itens não têm regularização sanitária.

Além disso, os saneantes produzidos pela BR Mega Limp Ltda. deverão ser apreendidos, por ausência de registro junto à Anvisa.

Mãe de Kathlen Romeu cobra apoio da sociedade no Tribunal

ISABELA VIEIRA/ABRASIL

Há seis anos, a comerciária Jackline de Oliveira, de 45 anos, e o professor de educação física Luciano Gonçalves, de 49, comemoraram o aniversário da única filha pela última vez. A lembrança da festa de 24 anos de Kathlen Romeu, no terraço da avó, no Lins de Vasconcelos, na Zona Norte do Rio de Janeiro, reacende na memória da mãe a alegria, a juventude e o carisma de Kathlen, que completaria 30 anos neste sábado: "Kathlen era uma filha intensa e amorosa", recordou Jackline. “Sempre foi muito sonhadora, tinha vontade de ser modelo, ficar famosa, ganhar o dinheirinho dela”.

A jovem que começou a customizar e a vender peças de roupas com 15 anos tinha conseguido financiar, na planta, o primeiro apartamento e esperava o primeiro filho. Jackline e Luciano, porém, nunca conheceram o neto, e Kathlen não chegou a ver sua primeira casa. Grávida de quatro meses, ela foi baleada quando foi visitar a avó, na mesma casa em que celebrou seu aniversário meses antes. Ela e o bebê não sobreviveram.

“A gente estava no melhor momento das nossas vidas, e eu fui do céu ao inferno com 40 anos”, conta a mãe. “O Estado mata a gente diariamente há cinco anos e três meses e alguns dias. Não tem um dia que eu não me sinta ganhando um tiro de fuzil”.

Kathlen e a avó, Sayonara de Oliveira, caminhavam em uma rua movimentada quando foram surpreendidas por tiros. Segundo

a denúncia do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, policiais militares dispararam em direção ao local onde elas estavam. Os agentes alegaram mirar em bandidos, versão que nunca foi comprovada.

LUTA POR JUSTIÇA

A partir do ocorrido, familiares e amigos se mobilizaram para que o crime não ficasse sem respostas. Passados cinco anos do assassinato da jovem e de seu bebê, os PMs Rodrigo Correia de Frias e Marcos Felipe da Silva Salviano serão julgados pelo crime no próximo dia 26 de novembro, às 10h, no Tribunal do Júri. A Agência Brasil tentou contato com a defesa dos militares, mas não teve resposta até o fechamento dessa reportagem.

Os agentes chegaram a ser absolvidos da acusação de fraude processual na Justiça Militar, mas a promotoria recorreu e eles foram condenados pela 6ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Os agentes respondem pelo crime em liberdade e, segundo a corporação, estão afastados de suas funções.

Jackline e Luciano receberam a reportagem da Agência Brasil na casa onde moram, para falar sobre o julgamento. A espera de uma resposta da Justiça, os dois também cobram uma posição firme da sociedade civil contra a letalidade policial e em defesa de uma política de segurança que preserve vidas.

"Eu entrei naquele tribunal com a esperança de que a sociedade civil, aquela que chorou comigo, que teve solidariedade, que

se indignou em 8 de junho de 2021, seja a mesma aqui, no dia 26 de novembro de 2026, que continue com a gente", frisou a mãe de Kathlen.

"Se esses policiais não forem punidos, não forem condenados, a sociedade civil também estará matando Kathlen Romeu e o seu bebê", afirmou ela, que mantém uma foto do ensaio de grávida da filha em um grande pôster na sala de casa, ao lado de pequenas esculturas de bebês decorativos.

Jackline faz terapia para processar a dor, e Luciano decidiu cursar a faculdade de psicologia. Está no terceiro ano.

IMPUNIDADE

No Rio de Janeiro, dados da Rede de Observatórios da Segurança do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) mostram que uma parcela pequena de mortes cometidas por policiais se transforma em denúncias na Justiça. E, mesmo entre os que são denunciados, uma fração mínima resulta em condenações, segundo o estudo, publicado em 2021.

Contrariando as estatísticas, os policiais indiciados no caso foram denunciados à Justiça Criminal após uma longa caminhada. A família afirma que chegou a acionar a corregedoria do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro contra o promotor responsável pela investigação na época. Eles denunciaram que o promotor sugeriu que poderia arquivar o processo e recomendou que a família buscasse “justiça divina”, em 2022. A Corregedoria-Geral do MPRJ informou à Agência Brasil

que abriu um procedimento administrativo disciplinar (PAD) para investigar a denúncia, mas o processo acabou arquivado por falta de provas contra o promotor.

A família chegou a fazer manifestações na porta do órgão, responsável por fiscalizar a atividade policial. No mesmo ano, o promotor denunciou os policiais à Justiça. "A nossa luta é pela memória, reparação e justiça, mas em prol de uma juventude negra, pobre, preta, periférica viva, e do máximo rigor da lei", afirmou Jackline. “A minha filha eu já perdi. A luta que fazemos é pelos filhos de outras, para que as vidas deles não sejam ceifadas pelo Estado. Não queremos outros pais com a dor que temos hoje”, completou.

Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a polícia fluminense matou 798 pessoas em 2025. Isso representa quase duas em cada dez mortes violentas intencionais ocorridas no estado do Rio de Janeiro naquele ano (3.890).

O FBSP destaca que, especificamente no ano de 2025, em apenas uma ação policial, a Operação Contenção, a polícia matou 117 pessoas, ou seja, 15% do total das mortes daquele ano.

Segundo o levantamento, o estado do Rio de Janeiro foi o sexto com maior índice de letalidade em decorrência de ação policial no país, ficando atrás de Amapá, Bahia, Sergipe, Pará e Goiás.

Os dados da pesquisa mostram que, no Brasil, quem mais morre por intervenção policial são homens jovens, de 15 a 24 anos, de cor negra.

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

Novena de Nossa Senhora Aparecida: o Brasil inteiro reunido aos pés da nossa Mãe

De 3 a 11 de outubro, a Nação se une em oração para conhecer e praticar a Palavra de Deus

Chegou outubro, o mês da nossa Padroeira, e com ele chega também à Novena de Nossa Senhora Aparecida, que nos prepara, de 3 a 11 de outubro, para a grande festa do dia 12, quando toda a Igreja no Brasil celebra aquela que Deus escolheu para ser Mãe e sinal de unidade do nosso povo.

Há mais de trezentos anos, três humildes pescadores lançaram suas redes nas águas do Rio Paraíba do Sul e encontraram, primeiro o corpo, depois a cabeça, de uma pequena imagem de Nossa Senhora da Conceição. O que parecia apenas um achado inesperado tornou-se, com o tempo, o coração devocional de uma nação inteira. Desde 1930, Nossa Senhora Aparecida é reconhecida como Padroeira do Brasil (a proclamação foi aqui no Rio de Janeiro), e todos os anos milhões de peregrinos, de todas as regiões, de todas as condições sociais, sobem a escadaria da Basílica para se colocar diante dela, trazendo suas alegrias, suas dores, seus pedidos e seus agradecimentos.

Este ano, a Novena e a Festa da Padroeira celebram algo muito especial: o encerramento do projeto Jornada Bíblica do Santuário Nacional. Depois de oito anos revestindo as fachadas da Casa da Mãe Aparecida com mosaicos que contam a história da salvação, chegamos ao tema que sintetiza este longo caminho: "Com Maria, em comunidade, conhecer e praticar a Palavra!" Não se trata apenas de um acabamento arquitetônico. É um verdadeiro projeto pastoral, que quer aproximar cada devoto e devota da Sagrada Escritura, para que a Bíblia deixe de ser um livro distante e se torne alimento diário da fé do nosso povo.

O que é a Novena e por que ela nos une como Nação? A novena é, antes de tudo, um tempo de escuta. Nove dias em que paramos, ainda que por alguns minutos, para colocar Maria no centro da nossa oração e, através dela, ir ao encontro de seu Filho. Em 1º Samuel 3,10 lemos a bela resposta do jovem profeta: "Fala, Senhor, que teu servo escuta." É esta a atitude que a novena nos convida a assumir: disponibilidade para escutar a Palavra e coragem para vivê-la em comunidade, na família, no trabalho, na cidade.

Cada um dos nove dias da Novena de 2026 nos oferece um tema que, como os degraus de uma escadaria, nos vai conduzindo mais perto do coração de Maria e, por meio dela, do coração de Deus.

Primeiro dia, celebrado no dia 3 de outubro, nos convida a olhar como, com Maria, a Palavra de Deus nos faz participar da história da salvação. Somos lembrados de que não somos espectadores distantes, mas parte viva de uma história que Deus continua escrevendo com cada um de nós.

Segundo dia, no domingo 4 de outubro, apresenta Maria como discípula perfeita, aquela que nos ensina a cuidar da vida de cada pessoa e da Casa Comum. Numa época em que tanto se fala do cuidado com a criação e com os mais vulneráveis, este tema chega em boa hora a todas as regiões do nosso país.

Terceiro dia, na segunda-feira 5 de outubro, fala de construir a paz e a união pela reconciliação. Em tantas cidades brasileiras marcadas pela violência e pela divisão, este chamado se torna urgente e concreto: reconciliar-se é sempre possível quando colocamos Maria como intercessora.

Quarto dia, terça-feira 6 de outubro, recorda que, com Maria, Mãe discípula, somos redimidos pela Palavra encarnada. Aqui a novena nos leva diretamente ao mistério da Encarnação, fundamento de toda a nossa fé.

Quinto dia, quarta-feira 7 de outubro, nos convida a levar o terço e a Bíblia, na mão e no coração. É uma síntese bonita da piedade popular brasileira, que sempre uniu a devoção mariana com o amor à Palavra de Deus.

Sexto dia, quinta-feira 8 de outubro, valoriza a piedade popular, iluminada pela Palavra de Deus. Este é um tema muito querido para nós, pastores, porque reconhece a riqueza espiritual das festas, procissões e tradições que o povo brasileiro guarda com tanto carinho, desde as romarias do interior até as grandes celebrações marianas das capitais.

Sétimo dia, sexta-feira 9 de outubro, nos apresenta como Igreja de irmãos, reunidos pela Palavra e pelo pão da vida. Aqui a Palavra e a Eucaristia se encontram, como sempre acontece na vida da Igreja: alimentam-se mutuamente e nos fazem verdadeiramente irmãos.

Oitavo dia, sábado 10 de outubro, nos chama a praticar a justiça social como compromisso de amor e de paz. Não há devoção mariana verdadeira que não se traduza em compromisso concreto com os mais pobres e com a justiça entre os povos.

Nono e último dia, domingo 11 de outubro, véspera da grande festa, sintetiza todo o caminho: com Maria, em família, a Jornada Bíblica do Santuário nos envia a evangelizar. É o ponto de chegada e, ao mesmo tempo, o ponto de partida: tudo o que vivemos nestes nove dias só faz sentido se nos lançar em missão.

Uma Mãe que habita esta terra brasileira: Quero dizer a cada um de vocês, onde quer que estejam, que Nossa Senhora Aparecida não é apenas uma imagem numa Basílica distante. Ela é presença viva no meio do nosso povo. Deus habita esta terra brasileira, com toda a sua diversidade, suas belezas e também seus desafios, e escolheu Maria para ser sinal visível dessa proximidade. Por isso a novena não é um exercício apenas individual. É um gesto eclesial, comunitário, que nos une como grande família de fé, do Amazonas ao Rio Grande do Sul.

Como recorda São Paulo em Romanos 1,5-6, todos nós fomos "chamados para o apostolado" pela graça de Cristo. A novena nos prepara justamente para isso: para sermos, como Maria, portadores da Palavra que salva e transforma. E como escreve o apóstolo Pedro em 1Pd 3,15, devemos estar sempre prontos para dar razão da nossa esperança, com mansidão e respeito, a quem nos pergunta.

Um convite para toda a Nação: Convido cada família brasileira, em qualquer canto deste país tão grande, a reservar um momento do dia, entre 3 e 11 de outubro, para rezar a novena, mesmo que em casa, mesmo que sozinho diante de uma imagem simples de Nossa Senhora Aparecida. As comunidades paroquiais, os grupos de oração, as pastorais e movimentos são convidados a se unir em torno deste tema tão bonito: conhecer e praticar a Palavra.

CAMINHADA

Lula: 'Bets nunca mais, jornada 6x1 nunca mais, ‘Vorcaro’ nunca mais'

GABRIELA DA CUNHA E MATEUS MAIA/AE

O presidente da República e candidato à reeleição, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), voltou a criticar, nesta sexta-feira, as bets, a escala 6x1 e o que chamou de "quadrilha do Vorcaro". As declarações foram feitas durante uma caminhada no Rio de Janeiro na qual ele disse ainda que não vai deixar ninguém explorar as riquezas do País após criticar a família Bolsonaro por sua proximidade com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

"Bets nunca mais, Jornada 6x1 nunca mais, Quadrilha do Vorcaro nunca mais, Quadri-lha da Previdência nunca mais. O que nós queremos é soberania nacional, aqui ne-nhum gringo vai meter a mão nas coisas do Brasil. Já tem um bolsonarista lá tentando ven-der o Brasil. Que vá o resto da família, porque nós não vamos deixar ninguém explorar a nossa riqueza", afirmou o presidente da República.

Entre os itens citados como "riquezas", o petista citou ain-da as terras raras, o petróleo e a indústria naval.

O ato de campanha come-çou às 10 horas na Praça Pio X, nos arredores da Igreja da Candelária,e seguiu com cam-inhada até à Cinelândia, na região central.

O ato reuniu os postulantes ao Senado, Benedita da Silva (PT) e Pedro Paulo (PSD). Também estiveram presentes o prefeito Eduardo Cavaliere (PSD), e candidatas e candida-tos aos legislativos estadual e federal.

Lula disse que as mulheres, que eram maioria, vão decidir a eleição no Rio de Janeiro e passou o microfone para a pri-meira-dama Janja da Silva. Esta, por sua vez, gritou palavras de ordem e disse que "aqui não tem rachadinha" e nem "piá de bosta", em referência ao deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), a quem foi vista cha-mando desta forma durante um dos atos ao longo da cam-panha.

TSE

Dino questiona por que decisão de Estela é mais atacada

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi às redes sociais de-fender decisões tomadas pelos ministros Kássio Nunes Mar-ques e Estela Aranha, no Tribu-nal Superior Eleitoral (TSE), e pelo ministro Gilmar Mendes, no Supremo, que mudaram re-gras para o debate eleitoral da TV Globo, previsto para a últi-ma quinta-feira. O evento foi cancelado pela emissora, que alegou insegurança jurídica após as decisões.

Em publicação no Insta-gram nesta sexta-feira, Dino citou exemplos de atuação ju-dicial nas eleições e defendeu a legitimidade de medidas que interferiram no pleito. "Digo isso para defender a legitimidade dos DOIS MAGISTRADOS (ministros Kassio e Gilmar) e DA MAGISTRADA (ministra Estela) que tomaram decisões judiciais sobre regras de deba-tes, a exemplo do que já ocor-reu dezenas de outras vezes no Brasil. São três decisões le-gítimas, sendo igualmente le-gítimas as discordâncias

quanto aos seus conteúdos", afirmou o ministro.

Para Dino, "o que não é le-gítimo é pretender voltar a an-tes de 1930, à República Velha (ou das oligarquias), em que não existia Justiça Eleitoral e só existia uma lei: a lei do mais forte".

Estela proibiu a TV Globo de exibir o púlpito vazio com o nome de Lula durante debate presidencial. Já Nunes Mar-ques e Gilmar determinaram que a emissora assegurasse a participação dos candidatos Romeu Zema (Novo) e Renan Santos (Missão).

Dino também sugeriu que a decisão da ministra Estela tem sido mais "atacada" do que a decisão de Nunes Marques e Gilmar por razões de gênero. "Uma última pergunta: por que a decisão judicial da única mulher (ministra Estela) é mais atacada do que a decisão dos dois homens (ministros Kassio e Gilmar)?, questionou.

Estela Aranha atuou como secretária nacional de Direitos Digitais do Ministério da Justi-ça e Segurança Pública duran-te a gestão de Dino na pasta.

ABRINDO OS TRABALHOS

Nunes Marques fará pronunciamento no rádio e na TV

O presidente do Tribunal Su-perior Eleitoral (TSE), ministro Kássio Nunes Marques, fará um pronunciamento em cadeia de rádio e TV neste sábado, véspera do primeiro turno das eleições.

No pronunciamento, que se-rá exibido às 20h30 e terá cinco minutos de duração, o ministro deverá convocar os eleitores a comparecerem às urnas para exercer o direito de votar.

Mais cedo, o TSE informou que as urnas já começaram a ser distribuídas para os locais de votação.

Para monitorar a votação, o TSE montou uma Sala Nacional de Situação Climática para acompanhar os efeitos da seca e da chuva no transporte das urnas, fornecimento de energia

elétrica e de internet pelo país. Com base nas informações, se-rão adotadas medidas para ga-rantir o voto dos eleitores.

ELEIÇÕES

O primeiro turno será reali-zado neste domingo . Mais de 158 milhões de eleitores vão es-colher deputados federais, esta-duais, distritais, governadores, senadores e o presidente da Re-pública.

O segundo turno está marca-do para o dia 25 e pode ocorrer na disputa para os cargos de go-vernador e presidente.

Os eleitores voltarão às urnas se nenhum dos candidatos obti-ver mais de 50% dos votos váli-dos, excluindo brancos e nulos, no primeiro turno.

CASO MASTER

Fachin terá reunião com PF sobre citações a ministros

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O presidente do Supre-mo Tribunal Federal (STF), ministro Ed-son Fachin, marcou uma reu-nião com o diretor-geral da Polí-cia Federal (PF), Andrei Rodri-gues, para tratar das investiga-ções do caso Master.

Na reunião, que deverá ocor-rer no dia 13 de outubro, a PF deve apresentar formalmente a Fachin uma lista com os nomes de todos os ministros da Corte

que foram citados em conversas com o ex-banqueiro Daniel Vor-caro.

Em ofício enviado à PF nesta sexta-feira , Fachin disse que to-mará as devidas providências após receber informações sobre as investigações.

“Cumpre-me esclarecer que, apenas chegue a esta presidên-cia relatório, expediente ou con-junto de informações dessa na-tureza onde tenham sido apre-sentados integralmente, sem ex-cepção de pessoa, os fatos corre-

latos, serão dados os encami-nhamentos devidos”, afirmou o presidente.

A movimentação ocorreu após integrantes da Corte co-brarem o presidente do STF pa-ra que sejam avaliadas as men-ções a todos ministros que apa-recem nas mensagens.

No mês passado, o ministro André Mendonça, relator do ca-so Master, retirou o sigilo de parte da investigação. A medida revelou que Vorcaro enviou mensagens a um número de ce-

lular atribuído ao ministro Ale-xandre de Moraes, às vésperas de ser preso, em novembro do ano passado.

Em seguida, a retirada do si-gilo revelou que os nomes dos ministros Nunes Marques, Dias Toffoli, Luiz Fux e do próprio Mendonça foram citados por pessoas que tinham vínculo com o ex-banqueiro.

Em ofício enviado a Fachin, Gilmar Mendes também cobrou a identificação de todos os en-volvidos.

EUA

PF apura suspeita de plano contra segurança de embaixada

AGUIRRE TALENTO/AE

A Polícia Federal deflagrou uma operação sigilosa nesta sexta-feira, para apurar um su-posto planejamento de atos que poderiam colocar em risco a se-gurança da Embaixada dos Esta-dos Unidos no Brasil.

A PF divulgou nota sobre a ação no final da tarde desta sexta. Na madrugada, o Depar-tamento de Estado dos EUA ha-via anunciado a suspensão dos serviços consulares na embai-xada e nos consulados por

"questões de segurança", sem dar detalhes a respeito do as-sunto. A ação da PF indica que foi detectada a organização de supostos atos contra a seguran-ça das instalações diplomáticas dos EUA.

Foram cumpridos dois man-dados de busca e apreensão contra alvos no Distrito Federal e em São Paulo. A investigação da PF identificou que os indiví-duos estavam conversando a respeito da organização de al-gum ato violento contra instala-ções consulares dos EUA, por is-

so foi organizada uma operação para impedir a concretização desse plano.

Na ação, foram apreendidos celulares e computadores. Em nota, a PF afirmou que a ação foi fruto de cooperação com as au-toridades estrangeiras. A opera-ção foi autorizada pela Justiça Federal em Brasília.

A nota diz que os elementos colhidos até o momento não corroboraram as suspeitas de atos contra a segurança das ins-talações diplomáticas dos EUA, mas que as investigações ainda

serão aprofundadas.

"As medidas pertinentes fo-ram prontamente adotadas, não tendo sido verificados até o momento elementos que corroborassem os riscos ini-cialmente apontados, tampou-co identificados quaisquer suspeitos de envolvimento com organizações criminosas. As investigações prosseguem com a análise dos equipamen-tos de comunicação e mídias apreendidos e eventuais ou-tras providências necessárias", diz a nota.

CUIDADORA

Passou mal: Michelle diz que Bolsonaro vive 'dias mais difíceis'

FABRÍCIA BRAGA/AE

Michelle Bolsonaro, candida-ta ao Senado pelo Distrito Fede-ral, não participou presencial-mente de um evento de cam-panha nesta sexta-feira, em Brasi-lia. Segundo a senadora Dama-res Alves (PL-DF), a ausência ocorreu porque o ex-presidente Jair Bolsonaro passou mal en-quanto permanecia em casa, onde cumpre prisão por conde-nação relacionada à tentativa de golpe de Estado

Após a declaração de Dama-res, Michelle afirmou que Bol-sonaro não teve exatamente um mal-estar, mas vem enfrentan-do "dias mais difíceis". Segundo a ex-primeira-dama, ele apre-sentou um quadro de ansieda-de e tem passado por oscila-ções. "Não é que ele passou mal, ele tem tido dias mais difí-ceis", afirmou.

A ex-primeira-dama também falou sobre a rotina de cuidados com o marido e sobre as dificul-dades de conciliar essa tarefa com a campanha eleitoral. Se-gundo Michelle, Bolsonaro tem apresentado oscilações relacio-nadas à ansiedade.

"Estou presa com meu mari-go, todo mundo sabe, tenho ho-rário pra sair e horário para vol-tar. Não é fácil ter que associar também uma campanha com os cuidados de casa e estar ali tam-bém dando todo apoio para ele, que está ansioso, oscila bastan-te", disse.

Michelle afirmou ainda que a reta final da campanha tem con-tribuído para o aumento da an-siedade e contou que, naquele momento, havia pedido orações a líderes religiosos e pastores. "Hoje saiu uma matéria da Damares, foi o momento que a gente pediu oração para os nos-sos líderes e nossos pastores, porque essa reta final também tem causado uma ansiedade e então ele oscila. Não é que ele passou mal, ele tem tido dias mais difíceis", afirmou.

Damares afirmou que Mi-chelle participou do encontro por meio de uma transmissão de vídeo. Segundo a senadora, a ex-primeira-dama aparentava estar abatida durante a partici-pação virtual. "Hoje, à uma da tarde, nós tínhamos um evento aqui em Brasília com a Michel-le, os últimos eventos de cam-

panha. A Michelle não conse-guiu ir porque o presidente Bol-sonaro não passou bem", de-clarou Damares.

Na sequência, a senadora fez críticas à situação judicial do ex-presidente e atribuiu a Bolsona-ro a condição de vítima de per-seguição política. Damares tam-bém afirmou que Michelle teria um papel fundamental nos cui-dados prestados ao marido.

"O ministro Alexandre de Moraes prendeu ao mesmo tempo o Bolsonaro e prendeu a Michelle, pois ele não tem direi-to a um cuidador. A Michelle é a carcereira do Bolsonaro", disse. Damares também afirmou que uma eventual derrota eleitoral poderia levar Bolsonaro a mor-rer na prisão.

Relatório médico aponta es-tabilidade

A declaração da senadora ocorre no mesmo dia em que foi divulgado um relatório se-manal sobre o estado de saúde de Bolsonaro. O documento in-forma que o ex-presidente, de 71 anos, permanece sob acom-panhamento médico domici-liar e apresenta quadro clínico estável.

Segundo o relatório, houve redução significativa na fre-quência e na intensidade dos episódios de soluções após um ajuste recente na medicação. A pressão arterial está controlada, enquanto a avaliação cardíaca é descrita como normal.

O documento registra ainda uma alteração residual na base do pulmão esquerdo. Apesar disso, os médicos afirmam que Bolsonaro mantém estabilidade hemodinâmica e cardiorrespi-ratória.

O relatório também aponta a permanência de efeitos secundários associados a medica-mentos de ação central, entre eles instabilidade crônica no equilíbrio corporal e sonolência durante o dia. Por esse motivo, são recomendados cuidados preventivos para diminuir o ris-co de quedas.

A orientação médica inclui ainda a manutenção de ativida-des físicas voltadas ao fortaleci-mento muscular. Bolsonaro mantém, segundo o documento, uma dieta com baixo teor de aci-dez e de sódio, além de cuidados para reduzir riscos relacionados ao refluxo gastroesofágico.

RICARDO STUCKERT/PR



SORTEIO

Fachin aperta regras para evitar escolha de ministros

FAUSTO MACEDO
E CAROLINA BRÍGIDO/AE

Em busca de organização e transparência na distribuição de petições dentro de ações já em curso, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, publicou nesta sexta, uma resolução que reforça a regra constitucional da imprevisibilidade - ou seja, a distribuição aleatória aos ministros da Corte, mediante sorteio, evitando que novos pedidos fiquem vinculados automaticamente a um determinado relator.

A resolução Fachin, que vale apenas para petições protocoladas a partir desta sexta, ocorre menos de 24 horas depois de seu colega, Gilmar Mendes, liberar a participação do candidato da Missão à Presidência, Renan Santos, no debate da TV Globo O decano baseou sua de-

cisão em um precedente anterior ligado a um outro caso. A emissora cancelou o debate alegando "insegurança jurídica" após a decisão de Gilmar e uma determinação da ministra Estela Aranha, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que proibiu a exibição do púlpito vazio com o nome do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A medida do presidente da Corte, segundo o STF, tem por objetivo uniformizar o tratamento das petições e "aperfeiçoar os mecanismos de prevenção de eventuais distorções na distribuição dos processos".

Fachin considera a necessidade de haver um procedimento para validar a vinculação de petições de autoria de "terceiros estranhos" - quem não atua no processo como parte, procurador da parte ou Ministério Público - ao processo em andamento . Com isso, avalia, ficará

assegurada a observância das regras de distribuição e do princípio do juiz natural.

A nova regra, via a Resolução 921, prevê que será necessária a validação formal pela equipe técnica - coordenador de Processamento Inicial, secretário Judiciário e a Presidência do STF - para que um novo pedido seja vinculado a um feito em andamento, em razão de conexão, quando houver pedido ou causa de pedir comum, ou de continência, quando o pedido de uma ação for mais amplo e abranger o da outra.

Se o novo pedido não guardar relação direta com a ação, a petição será autuada como novo processo independente e distribuída por sorteio entre todos os ministros ou distribuída por prevenção.

Também passará pelo crivo do procedimento a petição que questione ato de órgão jurisdic-

cional ou de autoridade que não figure no processo; que peça a extensão dos efeitos de decisão a pessoas, atos ou fatos não compreendidos no objeto do processo; e que formule pedido contra quem não seja parte no processo.

O STF informou que não haverá alterações quantoàs manifestações regulares das partes já existentes, à juntada de documentos, às manifestações da Procuradoria-Geral da República, aos pedidos para atuar como amicus curiae (amigo da Corte) - exceto se formulado pedido que se enquadre no previsto na resolução - e aos recursos internos.

A nova regra também não se aplica aos processos que tramitam sob sigilo nos níveis 3 e 4 - restrição que blinda documentos em ações sob o rito do sistema judicial eletrônico, abrangidos por regulamentação própria.

SÃO PAULO

Justiça manda suspender perfis de rede social ligados ao 'red pill'

ADRIANA VICTORINO/AE

A Justiça de São Paulo determinou na quinta-feira, a suspensão provisória de seis perfis no Instagram apontados em uma ação civil pública como responsáveis pela divulgação de conteúdos ligados ao movimento "red pill". A decisão também ordenou a preservação de dados cadastrais e registros técnicos que permitam identificar os responsáveis pelas contas. O Estadão busca contato com a Meta, responsável pelo Instagram.

A decisão é da juíza Maria Cristina de Almeida Bacarim, da 40ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo. Os perfis atingidos são @homem_sagaz_oficial, @redflags.ofc, @mundo_redpill, @redpill.do favelado, @redpilldasbraba e @sacerdote_escarlata.

A ação foi apresentada pela Bancada Feminista do PSOL na Assembleia Legislativa de São Paulo contra a Meta. As parlamentares pediram à Justiça a identificação dos responsáveis por perfis associados ao movimento "red pill" e a retirada das páginas do ar, sob o argumento de que elas disseminam conteúdos misóginos e de incentivo à violência contra as mulheres.

Para a juíza, as publicações

analisadas ultrapassam os limites protegidos pela liberdade de expressão ao atingir direitos como dignidade, igualdade, integridade física e psicológica e segurança das mulheres.

"Assim, considerando que a manutenção do material na plataforma renova seus efeitos e perpetua a difusão do conteúdo, pretende-se a indisponibilização das publicações individualizadas, assim como a suspensão dos perfis cuja atuação reiterada se encontra documentada", afirmou a juíza na decisão.

Ao analisar o pedido de urgência, a juíza considerou haver risco de que a manutenção do conteúdo nas plataformas prolongasse seus efeitos e dificultasse a responsabilização dos responsáveis. A decisão também aponta a possibilidade de perda de provas caso os dados não sejam preservados.

A Justiça deu prazo de dez dias para que a empresa responsável pela plataforma forneça os dados cadastrais e registros técnicos necessários à identificação dos administradores dos perfis. A suspensão provisória das seis contas deverá ser realizada em até 15 dias, e as informações deverão ser preservadas antes da entrega para evitar a perda de dados.

ZONA SUL

Jovem morre baleada após policial intervir em tentativa de assalto

ADRIANA VICTORINO/AE

A jovem Maria Eduarda Santana Nascimento, de 24 anos, morreu após ser baleada durante uma tentativa de assalto na Estrada de Itapecerica, na zona sul de São Paulo, na quinta-feira. Um policial civil interveio na ocorrência e atirou durante a ação.

O caso aconteceu na altura do número 3.395 da via. O suspeito teria abordado Maria Eduarda em uma moto para assaltá-la quando o investigador da Polícia Civil Pedro Paulo Bassetti interveio. A jovem foi atingida por um disparo, socorrida e levada ao Pronto Socorro do Campo Limpo, mas não resistiu.

A Secretaria da Segurança Pública (SSP) informou que a Corregedoria-Geral da Polícia Civil instaurou um inquérito para investigar o caso. A apuração aguarda os resultados dos laudos periciais.

Segundo a pasta, Bassetti consta como parte do inquérito, prestou depoimento e continua trabalhando. A SSP afirmou que a Corregedoria busca esclarecer as circunstâncias da ocorrência.

A agência de eventos com a qual a jovem havia trabalhado publicou uma nota de pesar lamentando a morte e manifestando solidariedade à família, aos amigos e à equipe da qual Maria Eduarda fazia parte.

CAMPANHA

Lula repete pedido de votos dos eleitores 70+ e encerra ato no Rio

GABRIELA DA CUNHA
E MATEUS MAIA/AE

O presidente da República e candidato à reeleição, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), encerrou no período da tarde desta sexta-feira, uma caminhada no Rio de Janeiro pedindo novamente votos dos eleitores com mais de 70 anos de idade, que não são mais obrigados a votar. Mais cedo, Lula disse que é preciso conversar com esse recorte da sociedade.

"Nessa sexta e nesse sábado, nós temos que ter preocupação e conversar com o maior número de pessoas pos-

sível. Sobre tudo conversar com as pessoas com mais de 70 anos que, por lei, não tem mais obrigação de votar", disse o presidente da República.

O ato de campanha começou às 10 horas na Praça Pio X, nos arredores da Igreja da Candelária, e seguiu com caminhada até à Cinelândia, na região central.

O ato reuniu os postulantes ao Senado, Benedita da Silva (PT) e Pedro Paulo (PSD).

Também estiveram presentes o prefeito Eduardo Cavaliere (PSD), e candidatas e candidatos aos legislativos estadual e federal.

JOGATINA

Fux dá 72 horas para AGU prestar informações sobre MP que proíbe bets

LAVÍNIA KAUCZ
E GABRIEL MÁXIMO/AE

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu 72 horas para a Advocacia-Geral da União (AGU) prestar informações sobre a Medida Provisória (MP) que proíbe todas as apostas online (bets) no País. O despacho foi proferido nesta sexta-feira, o que indica que eventual decisão sobre a MP ficará para depois do primeiro turno das eleições.

A decisão vem após clubes das séries A, B, C e D do Campeonato Brasileiro pedirem par-

ticipação como colaboradores no processo em que entidades ligadas às bets pedem a suspensão do ato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Segundo as agremiações, somente essa decisão poderia preservar as receitas do futebol e oferecer alternativa intermediária e uma transição. A petição foi assinada por São Paulo, Vitória, Ponte Preta, Portuguesa e Guarani.

O pedido de informações foi feito em ação da Confederação Nacional do Comércio (CNC) contra a lei de regulamentação das bets. Por já relatar ações sobre o tema, Fux foi definido rela-

tor de outros dois processos movidos nesta semana contra a nova MP do governo que proíbe as apostas online.

Essas últimas ações foram protocoladas na segunda-feira, 28, pela Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) e pela Associação Nacional pela Segurança Jurídica dos Jogos e Apostas (Anseja).

As entidades pedem urgência na análise da suspensão da MP porque todas as plataformas autorizadas a explorar bets serão desligadas em 5 de outubro, e as autorizações serão extintas no dia 25.

PAÍS LAICO

Ataques a símbolos religiosos reacendem debate sobre intolerância

ELIANE GONÇALVES/ABRASIL

Se reabrir, todos morrem". Era assim que começava o cartaz colado em uma loja de artigos religiosos católicos no centro de Fortaleza na noite em que o lugar foi alvo de um atentado com coquetel molotov. O ataque aconteceu na madrugada de 9 de setembro. Naquela mesma noite, outros dois estabelecimentos católicos e um da umbanda também tiveram as fachadas incendiadas na capital cearense.

Os atentados estão sendo investigados pela Polícia Civil, mas no dia seguinte, o Padre Josileudo Queiroz, da Igreja de São José Operário de Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza, usou as redes sociais para classificar o que aconteceu.

"Nós vivemos num país onde devemos entender que o país é laico, ou seja, não tem uma religião oficial. Não é ateu, porque há muitas religiões, há muitas expressões de fé. Isso que aconteceu aqui em Fortaleza e que acontece no Brasil agora se chama crime de intolerância religiosa".

Os ataques em Fortaleza estão longe de serem os únicos contra símbolos católicos. Um dia antes do ataque no Ceará, em Londrina (PR), a cabeça de uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, que ficava em frente a uma loja de artigos religiosos, foi arrancada. Dois dias depois, em Salvador, o alvo foi a ima-

gem de Nossa Senhora das Graças que foi quebrada. No dia 22, também em Salvador, a imagem da primeira santa brasileira, a Santa Dulce dos Pobres, foi destruída.

Na última quarta-feira (30), o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que a Polícia Federal (PF) investigue uma aparente disseminação de ataques a imagens religiosas católicas pelo país.

Todos os casos de intolerância ocorreram antes da discussão sobre o título de padroeira do Brasil a Nossa Senhora Aparecida entrar na disputa eleitoral.

Denúncias de intolerância religiosa

Segundo os dados do Disque 100, só no primeiro semestre de 2026, entre janeiro e junho, foram registradas 1.252 denúncias com pelo menos uma violação relacionada à liberdade de crença ou intolerância religiosa.

Os católicos não são os principais alvos.

Os praticantes do candomblé e da umbanda são historicamente as principais vítimas da intolerância religiosa, segundo o censo do IBGE, apesar de representarem cerca de 1% da população brasileira. Entre janeiro e junho deste ano, foram registradas 270 denúncias, um aumento de mais de 40% comparado com o mesmo período de 2025, quando foram 192 notificações.

Entre os católicos, as denúncias também cresceram no primeiro semestre em relação ao mesmo período do ano passado. Os registros passaram de 15 para 34, crescimento superior a 100%.

Durante a Semana Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, que ocorreu em janeiro no Rio de Janeiro, o secretário-geral da ACT Alliance (Action by Churches Together), Rudelmar Faria, disse que a exclusão pela religião tem sido uma estratégia política não só no Brasil.

"Nós estamos num momento global em que a religião é instrumentalizada para excluir, porque as religiões hoje, esse movimento da confluência de fundamentalismos, buscam justamente excluir grupos. E são grupos que não são cristãos, brancos, ricos e mais do que a sua própria igreja financeiramente, apoiar um grupo de políticos que tem o poder para tomar decisões e criar leis que são excludentes", afirmou, citando que os mais afetados são mulheres, população LGBTI+, povos indígenas e jovens negros de baixa renda.

"É o que existe não só aqui no Brasil, na América Latina, na América Central", acrescentou. A ACT Alliance é uma coligação mundial de igrejas e organizações baseadas na fé que atua em 140 países.

Na última semana, a campanha eleitoral no Brasil foi tomada por postagens envolven-

do Nossa Senhora Aparecida. A polêmica teve início quando viralizaram nas redes sociais postagens que atribuíam ao candidato a presidente Flávio Bolsonaro (PL) a intenção de retirar de Nossa Senhora o título de padroeira do Brasil. O candidato recorreu à Justiça Eleitoral e ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que as mensagens fossem retiradas do ar, o que levou a uma série de decisões judiciais dos ministros que determinavam, em um momento, a retirada dos posts e, em outro, a liberação das mensagens. As justificativas eram disseminação de notícia falsa sobre o candidato e a preservação do direito à liberdade de expressão, respectivamente.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) formou maioria de votos para manter as postagens fora do ar.

PUNIÇÃO

O defensor público do Ceará, Igor Barreto, explica qual a punição prevista para quem comete crime de intolerância religiosa.

"O mais importante seja ressaltar o fato de que esses crimes são todos insuscetíveis de fiança, de indulto, são crimes imprescritíveis, eles podem ser processados a qualquer momento".

No Brasil, a pena para o crime de intolerância religiosa (prática, indução, incitação) varia de um a 5 anos de reclusão e multa.



Mundo

Houthis

Coalizão Saudita intercepta e destrói 3 mísseis balísticos

PEDRO LIMA/AE

A coalizão liderada pela Arábia Saudita no Iêmen afirmou nesta sexta-feira, que interceptou e destruiu três mísseis balísticos lançados pelos rebeldes Houthis em direção à cidade saudita de Khamis Mushait.

"Interceptados e destruídos três mísseis balísticos lançados pela milícia terrorista Houthi em direção a Khamis Mushait", afirmou o porta-voz da coalizão, brigadeiro-general Turki al-Maliki, em publicação no X. Ele não informou imediatamente

te se houve danos ou vítimas.

O episódio ocorre em meio à escalada das tensões entre Riad e os Houthis. Na semana passada, a coalizão afirmou ter interceptado seis mísseis balísticos lançados contra Taif e Yanbu. Nesta semana, também atribuiu ao grupo um ataque contra uma estação de distribuição de energia em Medina, na Arábia.

A Arábia Saudita avalia ainda opções para uma nova ofensiva no Iêmen voltada a conter ataques Houthis e proteger rotas de navegação no Mar Vermelho.

Habitação

Governo espanhol sofre revés após parlamento rejeitar medidas

O governo progressista da Espanha sofreu uma derrota legislativa significativa nesta sexta-feira, com os legisladores rejeitando um pacote de medidas emergenciais destinadas a enfrentar a crise de acessibilidade habitacional do país, enquanto manifestantes marchavam em direção ao Parlamento exigindo ajuda para os inquilinos.

O revés gerou especulações na mídia espanhola de que o primeiro-ministro Pedro Sánchez poderia considerar antecipar as eleições do próximo ano. Seu gabinete não respondeu imediatamente às perguntas da Associated Press sobre uma possível eleição antecipada.

Sánchez falou ao final de um debate parlamentar de cinco horas, fazendo um apelo de última hora aos legisla-

dores para votarem nas medidas que ele chamou de "necessárias".

"O que está por trás desses decretos é o desejo de instaurar ordem e um senso de humanidade em um mercado que, se não o controlarmos, destruirá nossa sociedade", disse ele aos outros 349 membros.

Seu apelo caiu em ouvidos surdos. O partido separatista catalão Junts cumpriu seu anúncio feito horas antes de que votaria contra ambos os decretos. Isso condenou as medidas quando combinado com o "Não" do Partido Popular de centro-direita e do Vox, de extrema-direita.

Não está claro qual será o próximo passo do governo. Ele pode trabalhar em uma nova legislação - a menos que Sánchez decida convocar uma eleição.

Nova York

Governadora nomeia promotora para investigar estupro

A governadora de Nova York, Kathy Hochul, anunciou na quinta-feira passada, que nomeou a procuradora-geral do Estado, Letitia James, como promotora especial para supervisionar a investigação das alegações de uma mulher de que foi estuprada coletivamente em uma fraternidade da Universidade Cornell. Novas atualizações devem ser feitas posteriormente sobre o assunto.

Ela afirma ter perdido a confiança na capacidade do promotor distrital local de lidar com o caso. Novas atualizações devem ser divulgadas posteriormente. A investigação havia sido inicialmente encerrada sem acusações em 2024.

No mês passado, a mulher entrou com um processo e o promotor do condado de Tompkins, Matthew Van Houten, reabriu a investigação. Desde então, ele tem sido alvo de críticas por ter abandonado a investigação original muito rapidamente.

A procuradora-geral supervisionará a investigação e, se necessário, apresentará provas a um grande júri, disse Kathy.

"A jovem que está no centro deste caso merece saber que todos os fatos serão examinados e que a justiça será feita", disse ela em um comunicado na quinta-feira.

As mensagens deixadas para Van Houten não foram res-

pondidas de imediato na noite de quinta-feira.

O caso causou grande comoção no campus da Ivy League e levantou questões sobre a resposta da instituição, bem como sobre a questão mais ampla de como os casos de agressão sexual são tratados nos campi universitários.

A mulher, identificada apenas como Jane Doe nos autos do processo, relatou à polícia do campus em novembro de 2024 que havia sido agredida e, em seguida, discutiu o caso com os investigadores internos da universidade como parte do processo disciplinar de Cornell.

O processo contra sete membros da fraternidade, a universidade, a fraternidade Chi Phi e outros alega que ela foi drogada e alcoolizada e, em seguida, submetida a atos sexuais por um grupo de homens enquanto estava parcial ou totalmente incapacitada. Um dos homens enviou uma mensagem pelas redes sociais para outros membros da fraternidade alertando-os sobre o que estava acontecendo e convidando pessoas a participar, segundo o processo.

Os advogados de dois dos homens que ela está processando negaram que eles tenham participado de uma agressão sexual. Um deles afirmou que seu cliente não tocou na mulher.

Bolívia

Vice-presidente acusa governo Paz de tramar ‘sua prisão’

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O vice-presidente da Bolívia, Edmand Lara, afirmou na quinta-feira passada que o governo do presidente Rodrigo Paz – de quem se afastou politicamente no início do mandato –, deve forjar um processo falso para justificar sua prisão, acrescentando que teme pela própria vida.

“Denuncio ao país que fui informado, por diversos camaradas da Polícia Boliviana que decidiram me alertar, que o Coronel Marcelo Ferrufino está fabricando um processo falso contra mim para prosseguir com minha prisão ilegal”, afirmou Lara, em carta aberta ao público publicada em redes sociais.

A denúncia de Edmand Lara ocorre dois dias após a prisão do procurador-geral da República da Bolívia, Roger Mariaca, acusado pelo governo Paz de ligações com o narcotráfico.

Mariaca era o responsável por uma investigação de tentativa de feminicídio e tráfico de drogas do operador digital argentino Fernando Cerimedo, que atuou como assessor dos presidentes da Bolívia, Rodrigo Paz, e da Argentina, Javier Milei, sendo ligado a grupos de direita na América Latina, apoiados por Donald Trump.

O vice-presidente Lara vem pedindo explicações sobre a prisão de Mariaca.

“Existem denúncias e ques-

tionamentos sobre a legalidade e os procedimentos adotados. Cabe, então, às autoridades competentes explicar essa situação.”

TEME PELA VIDA

O vice-presidente Edman Lara, que se encontra em viagem à Espanha, afirmou na carta publicada hoje que teme por sua segurança física e por sua vida.

“Nesta situação de incerteza, recebi avisos de dentro do Poder Executivo que buscam me intimidar por minha posição em defesa da Constituição e da democracia. Trata-se de uma armação com motivação política para me silenciar”, denunciou.

Até o fechamento desta reportagem, o governo de Rodrigo Paz não havia se manifestado sobre as denúncias do vice-presidente.

OPOSIÇÃO

A doutoranda em ciência política na Universidade de São Paulo (USP) Alina Ribeiro, especialista na política boliviana, lembrou à Agência Brasil que Edmand Lara foi para a oposição ao governo Paz e que o vice-presidente vinha questionando o papel de Cerimedo no governo.

“Lara afirmou que Cerimedo não era apenas um assessor de Paz ou um técnico, mas que dava ordem aos ministros e participava de reuniões de gabinete, ou seja: Cerimedo teria um po-

Christa Pike

'Estou pronta para ser livre': veja a cronologia da execução fracassada

"Estou pronta para ser livre", disse Christa Pike no momento da tentativa fracassada do estado do Tennessee de executá-la. A administração de duas doses de uma droga letal na câmara de execução do Estado deixou-a em estado crítico, segundo seus advogados. Ela segue internada e a defesa disse não saber se há chances de recuperação.

O Tennessee prosseguiu com a injeção letal na quarta-feira, oito horas depois do horário originalmente previsto, um atraso causado por uma decisão judicial que suspendeu temporariamente a execução.

O que aconteceu com Pike é "singular e sem paralelo", afirmou Robin M. Maher, diretora-executiva do Death Penalty Information Center (Centro de Informações sobre a Pena de Morte).

Segundo ela, Pike foi a única pessoa que permaneceu viva após a administração de drogas para injeção letal durante uma execução. Veja o que se sabe sobre a tentativa fracassada de execução de Pike:

Execução atrasada, prolongada e, por fim, fracassada.

A execução de Pike deveria começar às 10h, mas um tribunal federal de apelações a suspendeu cerca de uma hora antes. O Estado recorreu à Suprema Corte dos Estados Unidos, e foram necessárias oito horas para que a maioria conservadora anulasse a decisão do tribunal inferior e permitisse que a injeção letal com o barbitúrico pentobarbital prosseguisse.

Cerca de 90 minutos depois, agentes penitenciários levantaram a cortina da câmara de execução, onde testemunhas da imprensa viram Pike presa a uma maca, com um acesso intravenoso no braço. Ela disse que estava deixando o mundo com amor.

"Estou pronta para ser livre", disse ela. "Este é um dia feliz."

Pike cantou uma música com seu conselheiro espiritual, olhou ao redor e, após alguns minutos, disse que seu braço estava doendo ou ardendo e per-

guntou se era normal sentir aquilo.

A cortina que separava as testemunhas foi fechada e depois aberta novamente, por volta do momento em que uma segunda dose de pentobarbital seria administrada. Pike pareceu perder a consciência, mas continuou respirando e, às vezes, emitiu sons semelhantes a roncos durante a hora seguinte.

Os agentes penitenciários fecharam a cortina definitivamente cerca de 40 minutos depois de terem aberto pela primeira vez. O advogado de Pike exigiu um telefone para pedir a um tribunal que interrompesse a execução.

Não se sabe o que estava acontecendo com Pike desde o momento em que a cortina foi fechada definitivamente, às 20h06, até que seu advogado fosse informado de que uma ambulância estava a caminho e as testemunhas fossem orientadas a deixar o local, por volta das 20h50.

"Até o momento, não sabemos quais são as consequências da tortura química que ela sofreu", disse Randy Spivey, advogado de Pike.

As autoridades penitenciárias não informaram quando a tentativa de executar Pike se transformou em esforços para salvar sua vida. Elas apenas divulgaram um comunicado afirmando que os protocolos de injeção letal foram seguidos.

GOVERNADOR INVESTIGA

Poucas horas depois, o governador do Tennessee, Bill Lee, cancelou a última execução do Estado prevista para 2026, marcada para 3 de dezembro, e ordenou uma investigação abrangente e independente sobre o que deu errado com Pike.

"Isso precisa ser feito de forma completa, independentemente de quanto tempo levar, seguindo qualquer processo necessário para garantir que cheguemos até o fim e que todas as perguntas sejam respondidas", afirmou Lee.

Não é a primeira vez que Lee

der de influência muito maior", destacou a pesquisadora do Núcleo de Democracia e Ação Coletiva do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (NDAC-Cebrap).

A defesa de Cerimedo nega as acusações alegando que o cliente é vítima de uma armação política.

PRISÃO

A prisão do procurador-geral da Bolívia Roger Mariaca, dois dias depois de ter sido acusado pelo governo Donald Trump de relação com o narcotráfico, levou servidores ligados ao procurador a denunciarem que ele foi "sequestrado" sem mandado judicial.

O vice-presidente Lara ainda entrou em conflito com o governo ao discordar do procedimento para substituir o procurador-geral preso.

Na Bolívia, a vice-presidência tem funções parlamentares e Lara havia convocado uma sessão legislativa, para próxima terça-feira, para discutir as acusações do governo Trump contra diversas autoridades bolivianas.

Porém, o presidente do Senado, Diego Ávila, antecipou a sessão para a tarde desta sexta-feira mudando o objeto da sessão para discutir exclusivamente a prisão de Mariaca. A mudança gerou críticas de Lara.

ESCUDO DAS AMÉRICAS

O governo dos Estados Uni-

dos (EUA) defendeu a prisão do procurador-geral Roger Mariaca, alegando que a medida representou uma ação do Escudo das Américas, iniciativa liderada por Trump com outros 14 países latino-americanos para, supostamente, combater os cartéis de drogas.

Porém, analistas apontam que a coalizão tem interesses econômicos de subordinar a América Latina à influência da Casa Branca e barrar parcerias com a China, em meio à guerra comercial entre as duas potências.

Nas redes sociais, o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, afirmou que o governo Trump apoia "firmemente" a operação do governo de Rodrigo Paz contra o procurador-geral da Bolívia.

"Os EUA reafirmaram explicitamente seu compromisso inabalável de proteger a governança democrática e a segurança em nossa região contra a influência desestabilizadora de redes armadas de narcoterroristas", disse Rubio.

Em nota conjunta, os países do Escudo das Américas também saíram em defesa de Paz.

"Os 15 países permaneceram unidos em seu firme compromisso de defender governos democraticamente eleitos e proteger a segurança regional contra a influência corrosiva de redes narcoterroristas", diz o comunicado.

PIKE MATOU COLEGA

Pike não negou ter matado Colleen Slemmer, de 19 anos, em 1995. As duas eram colegas no programa Job Corps de Knoxville.

Os promotores disseram que Pike temia que Slemmer fosse uma rival amorosa e a atraiu para uma área isolada, onde ela e o namorado atacaram Slemmer com um estilete e a espancaram com um grande pedaço de asfalto. O caso ganhou ampla repercussão por causa da brutalidade do assassinato, da idade das pessoas envolvidas e do fato de um símbolo satânico ter sido gravado no corpo da vítima.

Pike disse ter sofrido abuso sexual desde que era criança e afirmou ter sido estuprada aos 11 e aos 17 anos. Seus advogados alegam que sua sentença de morte foi injusta porque ela tinha 18 anos na época do crime e o júri não foi informado sobre os abusos e como eles poderiam ter afetado seu comportamento.

A mãe de Slemmer testemunhou a tentativa de execução e disse que sua filha não obteve justiça.

"Eu assisti a tudo. Ela estava acordada. Ela estava rindo. Estava mexendo a cabeça, mexendo os pés. Ela tentava se sentar. Não funcionou na primeira vez que aplicaram a injeção. Não funcionou na segunda vez, então ela está no hospital e viva", disse May Martinez por telefone.